

Natália Lampert Batista
Tascieli Feltrin
Maurício Rizzatti
(Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação 3



Natália Lampert Batista
Tascieli Feltrin
Maurício Rizzatti
(Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	Formação, prática e pesquisa em educação 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Natália Lampert Batista, Tascieli Feltrin, Maurício Rizzatti. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação, Prática e Pesquisa em Educação; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-592-1 DOI 10.22533/at.ed.921190309 1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Batista, Natália Lampert. II. Feltrin, Tascieli. III. Rizzatti, Maurício. IV. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Formação, Prática e Pesquisa em Educação** apresenta um apanhado da produção à nível superior da área da Educação no Brasil, contemplando as três esferas: a formativa através de relatos que percorrem os processos formativos, relacionada ao ensino e às teorias da aprendizagem; a prática com destaque para as iniciativas extensionista e de inserção escolar e por último, mas não menos importante, a da pesquisa apresentando as temáticas que têm movimentado a produção científica e intelectual do ensino superior brasileiro na área educacional. A qual apresento brevemente a seguir.

O capítulo “A Alfabetização de Crianças Autistas” de autoria de Fabiana Boff Grenzel apresenta uma reflexão acerca de crianças autistas na alfabetização, enfatizando a necessidade de se criar estratégias para facilitar a aprendizagem destes educandos. “A Construção da Escrita Pré-Silábica e suas Implicações na Perspectiva da Psicogênese da Língua Escrita: Um Breve Estudo de Caso”, das autoras Telma Maria de Freitas Araújo, Nadja Sabrina Silva Gomes Lopes Duarte e Maria Estela Costa Holanda Campelo apresenta, segundo as autoras, uma *Sondagem de Escritas*, através da qual é realizada uma análise da produção escrita de uma criança, a partir da teoria da psicogênese da língua escrita.

“A Evasão como Subsídio para a Avaliação Institucional: Um Estudo de Caso com Cursos de Engenharia em uma Universidade Pública”, de Joice Pereira da Silva Carvalho, Simone Portella Teixeira de Mello e Daniela Vieira Amaral concentra seu olhar na evasão escolar no ensino superior enquanto fenômeno capaz de subsidiar uma avaliação institucional. Marcos Gonzaga e Regina Magna Bonifácio de Araújo, por sua vez, apresentam uma síntese das características fundamentais da pesquisa qualitativa, com destaque para a História Oral no capítulo “A História Oral na Produção Acadêmica: Três Leituras Metodológicas”

Em “A Motivação no Processo de Ensino/Aprendizagem de Francês no Curso de Secretariado Executivo da UEM: Entendimento e Desafios”, Edson José Gomes intenciona identificar quais são os principais entraves a um desempenho satisfatório no processo de ensino/aprendizagem do francês como língua estrangeira no curso de SET. As autoras Rayuska Dayelly de Andrade e Sueldes de Araújo discutem a concepção de escola inclusiva em uma análise do município de Angicos no Rio Grande do Norte para o atendimento de uma aluna surda em “A Percepção de Professore(a)s sobre a Prática Pedagógica no Contexto Inclusivo.

Já Andressa Grazielle Brandt, **Nadja Regina Sousa Magalhães**, Aline Aparecida Cezar Costa e Luciana Gelsleuchter Lohn apresentam algumas reflexões sobre o campo da etnografia a partir de um estudo sobre a pesquisa etnográfica com crianças, em seu capítulo “Pesquisa Etnográfica com Crianças Pequenas: Aproximações Teórico-Metodológicas.

No capítulo “A Qualidade no Ensino à Distância: o Novo Aluno e o Novo Professor”

Jéssica Reis Silvano Barbosa e Gislaine Reis elaboram uma reflexão sobre a expansão do ensino à distância e analisam as mudanças advindas dessa expansão para o ramo da educação virtual. Já os autores Karla dos Santos Guterres Alves e Antônio Luiz Santana objetivam compreender a relação entre a Grounded Theory e o processo de reflexividade que envolve a pesquisa científica em seu capítulo “A Reflexividade na Grounded Theory”. Na sequência, Raimundo Ribeiro Passos, Afrânio Ferreira Neves Junior, Paulo Rogério da Costa Couceiro, Genoveva Chagas de Azevedo, Maria Marly de Oliveira Coêlho e Valdete da Luz Carneiro através de “Análise do Instrumento de Autoavaliação Institucional Utilizado na UFAM nos Anos de 2014 e 2015” realizam uma análise dos instrumentos utilizados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Amazonas, e a verificação de sua evolução no processo avaliativo interno de 2014 e 2015.

Na perspectiva dos planejamento de sistemas universitários estaduais brasileiros, Nelson De Abreu Júnior Apresenta “Aspectos Socioeconômicos na Espacialização da Universidade Estadual de Goiás”, capítulo no qual se encontra uma pesquisa documental combinada com a análise de dados estatísticos acerca da educação superior pública estadual em Goiás. Tendo por objetivo apresentar e discutir a temática da avaliação da aprendizagem na área da Educação Física escolar, e apontar suas relações com os currículos Alessandra Andrea Monteiro e Vilma Lení Nista-Piccolo são as autoras de: “Avaliação da Aprendizagem na Educação Física Escolar na Rede Municipal de São Paulo e Paulo Freire: Aproximações e Distanciamentos”. Nesse sentido também, Andreia Gasparino Fernandes avalia através de uma revisão temática a problemática da garantia de vagas em creches públicas municipais do município de São José do Rio Preto frente à legislação educacional vigente em “Avaliação da Política de Oferta de Vagas em Creches na Rede Pública Municipal de Ensino de São José do Rio Preto”.

Sob a ótica da organização das diretrizes operacionais de ensino Alderita Almeida de Castro e Sueli Aparecida de Souza refletem sobre a implementação da avaliação das aprendizagens enquanto impulsionadora do processo do conhecimento na educação básica do Estado de Goiás, entre os anos de 2009 e 2014 no capítulo “Avaliação das Aprendizagens: a Significativa Ascensão do IDEB nas escolas do Estado de Goiás do ano de 2009 a 2014”. Tendo em vista a Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) Glauco da Silva Aguiar e Ligia Gomes Elliot exploram o conceito de Oportunidade de Aprendizagem trazido pelo PISA 2012, analisando o desempenho do Brasil e de mais 11 países em “Avaliação em Matemática: Uso dos Resultados do Pisa 2012”.

No capítulo “Avaliação: Concepções e Implicações na Educação Infantil” Natascha Carolina de Oliveira Gervázi, Marcos Vinícius Meneguel Donati e José Roberto Boettger Giardinetto desenvolvem uma reflexão sobre a avaliação na Educação Infantil, através da análise e orientação a correta utilização da ferramenta portfólio. Ainda na perspectiva avaliativa Rosemary Farias Rufino, Santana Elvira Amaral da

Rocha e **Núbia do Socorro Pinto Breves** apresentam o capítulo “Avaliações em Larga Escala: Contribuições da ADE para Atingir a Meta da Proficiência no SAEB/ INEP em Escolas Públicas Municipais de Manaus” no qual retratam a percepção dos estudantes em relação às contribuições das avaliações em larga escala no processo de ensino e aprendizagem das escolas públicas de ensino fundamental do município de Manaus.

Na sequência Andrialex William da Silva, Tarcileide Maria Costa Bezerra, Romênia Menezes Paiva Chaves Carneiro e Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro exibem “Concepções de Professores sobre a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: uma Visão Romântica ou Direito à Educação?” No qual discutem as concepções dos profissionais do sistema educacional do município Jardim de Angicos (RN) sobre a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. Ainda na perspectiva inclusiva, o capítulo “Criatividade e Altas Habilidades/Superdotação” de Guacira Quirino Miranda, Arlete Aparecida Bertoldo e Priscila Miranda Chaves apresenta uma revisão bibliográfica sobre a relação da criatividade com as altas habilidades/superdotação. Em “Desenhos e Desenhos: Conselhos Municipais de Educação” Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias e Rosimar de Fátima Oliveira analisam os elementos comuns do desenho institucional dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) no Brasil, como um dos fatores capazes de potencializar os esperados resultados democráticos dessas instâncias colegiadas.

A seguir Gildene do Ouro Lopes Silva, Amanda Lázari e Amanda Calefi Felex embasadas pelo modelo Oakland, Glutting E Horton realizaram a identificação dos estilos de aprendizagem em escolares do quarto ano do ensino fundamental no capítulo intitulado “Estilos de Aprendizagem no Modelo de Oakland, Glutting e Horton em Escolares do Ensino Fundamental I”. Já em “Financiamento da Educação: uma Análise a partir do Gasto Aluno-Ano nos Municípios do Paraná” Jokasta Pires Vieira Ferraz, Andrea Polena e Simony Rafaeli Quirino verificam o perfil de gasto aluno-ano dos municípios do Paraná, em 2014, em relação ao porte dos municípios. Em “Ideias Higienistas na Revista Pedagogium (1922-1923)” Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes, Arthur Beserra de Melo e Marlúcia Menezes de Paiva analisam a ocorrência de ideias higienistas na revista Pedagogium, durante os anos de 1922 e 1923.

Laura Renata Dourado Pereira em “O Ensino da Arte e a Interdisciplinaridade: Novos Modos de Pensar sobre a Produção do Conhecimento” propõe uma reflexão sobre a interdisciplinaridade como um possível caminho para superar a fragmentação do conhecimento existente. Na sequência, “O Professor como Mediador nas Habilidades de Leitura” de Clarice de Matos Oliveira e Thenner Freitas da Cunha analisa como o professor de Língua Portuguesa pode ser um facilitador no desenvolvimento das habilidades de leitura aferidas nas avaliações educacionais em larga escala. Na perspectiva do Projeto de Lei 7.180/14, Ana Carolina Fleury e Ivo Monteiro de Queiroz apresentam “O Projeto Escola Sem Partido e a Construção

de uma Educação Burguesa no Século XXI” a fim de compreender os conceitos e detectar a existência de uma relação entre a proposta, os fundamentos da educação e a perspectiva marxista. Em “Observatório Eçaí: a Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente e outros Direitos Humanos na Fronteira Brasil-Bolívia” Cláudia Araújo de Lima sistematiza uma observação das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência bem como investiga os fenômenos de violações de direitos de crianças e adolescentes na região da fronteira.

No capítulo “Os Desafios e as Demandas Socioculturais Brasileiras Frente à Inclusão Escolar” de Evaldo Batista Mariano Júnior, Maria Aparecida Augusto Satto Vilela e Valeska Guimarães Rezende da Cunha os autores retomam a temática das políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão escolar com o intuito de fornecer subsídios a profissionais que atendam alunos portadores de necessidades especiais. Marcelo da Silva Machado em “Pacto Federativo na Educação e a Participação da União no Financiamento da Educação em Municípios da Região Metropolitana do Rio De Janeiro” realiza uma investigação sobre o pacto federativo e sua repercussão, entre os anos de 2008 e 2018, sobre o aumento das responsabilidades dos municípios na oferta de matrículas e, também de financiamento da educação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

“Pedagogia Waldorf e Salutogênese: razões e caminhos no/do cotidiano escolar” de Elaine Marasca Garcia da Costa, Vilma Lení Nista-Piccolo reflete sobre a possibilidade de a área da Saúde ser edificada junto à Educação através da convergência de dois conceitos: a Salutogênese e o método pedagógico Waldorf. Na perspectiva de estabelecer um perfil do uso e descarte de óleo vegetal utilizado para o preparo de alimentos em Escolas da Rede Pública Estadual de Educação Básica de Tubarão Douglas Bardini Silveira, Eduardo Aquini e Isonel Maria Comelli Pave desenvolvem “Perfil de Descarte de Óleo de Cozinha em Escolas da Rede Pública Estadual de Educação Básica Situadas no Município de Tubarão, SC”. A fim de discutir a relação dos temas desenvolvidos na disciplina Filosofia das Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, e suas possíveis aproximações e com a pesquisa sobre objetos de estudo associados ao higienismo dentro do campo da História da Educação, Arthur Beserra de Melo, Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes e Marlúcia Menezes de Paiva fundamentam o capítulo “Relações entre Temas da Disciplina Filosofia das Ciências e a Pesquisa sobre Higienismo no Campo da História da Educação”.

No capítulo “Representações Sociais das Práticas dos Professores de Educação Física acerca da Educação Física Escolar”, Bruno Viviani dos Santos, Sabrina Araujo de Almeida e Pedro Humberto Faria Campos analisam a representação social da prática pedagógica de 103 professores de Educação Física do ensino fundamental. Em “Sistema de Avaliação Escolar”, Katia Verginia Pansani traz um Relato de Experiência sobre os resultados positivos do Sistema de Avaliação Escolar – SAEsc no Colégio Progresso Campineiro. Para proporcionar uma compreensão sobre as

políticas públicas de financiamento, tais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Jhonathan Martins da Costa, Carlos José de Farias Pontes e Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade publicam “Um Olhar Inicial a Respeito das Políticas Públicas de Financiamento no Brasil: Compreendendo o FUNDEB”. Laís Takaesu Ernandi, Willian Pereira da Silva, Suédina Brizola Rafael Rogato no capítulo “Uso do Medicamento na Infância: Reflexões sobre a Atuação Docente no Processo da Medicalização do Ensino” buscaram discutir o processo de medicalização na infância e a necessidade de problematização dessa questão.

Os textos, relatos de prática e conclusões de pesquisas tangentes às questões educacionais que compõem esse terceiro volume da obra Formação, Prática e Pesquisa em Educação portanto operam em favor de qualificar a produção do ensino superior brasileiro e subsidiar novas pesquisas, constituindo-se assim em importante devolutiva à sociedade dos investimentos feitos com a formação de profissionais da educação e pesquisadores.

Tascieli Feltrin

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS	
<i>Fabiana Boff Grenzel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903091	
CAPÍTULO 2	9
A CONSTRUÇÃO DA ESCRITA PRÉ-SILÁBICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA PERSPECTIVA DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA: UM BREVE ESTUDO DE CASO	
<i>Telma Maria de Freitas Araújo</i>	
<i>Nadja Sabrina Silva Gomes Lopes Duarte</i>	
<i>Maria Estela Costa Holanda Campelo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903092	
CAPÍTULO 3	21
A EVASÃO COMO SUBSÍDIO PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO COM CURSOS DE ENGENHARIA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA	
<i>Joice Pereira da Silva Carvalho</i>	
<i>Simone Portella Teixeira de Mello</i>	
<i>Daniela Vieira Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903093	
CAPÍTULO 4	32
A HISTÓRIA ORAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA: TRÊS LEITURAS METODOLÓGICAS	
<i>Marcos Gonzaga</i>	
<i>Regina Magna Bonifácio de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903094	
CAPÍTULO 5	42
A MOTIVAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE FRANCÊS NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UEM: ENTENDIMENTO E DESAFIOS	
<i>Edson José Gomes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903095	
CAPÍTULO 6	54
A PERCEPÇÃO DE PROFESSOR(A)S SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO INCLUSIVO	
<i>Rayuska Dayelly de Andrade</i>	
<i>Sueldes de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903096	
CAPÍTULO 7	62
A PESQUISA ETNOGRÁFICA COM CRIANÇAS PEQUENAS: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	
<i>Andressa Grazielle Brandt</i>	
<i>Nadja Regina Sousa Magalhães</i>	
<i>Aline Aparecida Cezar Costa</i>	

CAPÍTULO 8 72

A QUALIDADE NO ENSINO À DISTÂNCIA: O NOVO ALUNO E O NOVO PROFESSOR

Jéssica Reis Silvano Barbosa

Gislaine Reis

DOI 10.22533/at.ed.9211903098

CAPÍTULO 9 80

A REFLEXIVIDADE NA GROUNDED THEORY

Karla dos Santos Guterres Alves

Antônio Luiz Santana

DOI 10.22533/at.ed.9211903099

CAPÍTULO 10 88

ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UTILIZADO NA UFAM NOS ANOS DE 2014 E 2015

Raimundo Ribeiro Passos

Afrânio Ferreira Neves Junior

Paulo Rogério da Costa Couceiro

Genoveva Chagas de Azevedo

Maria Marly de Oliveira Coêlho

Valdete da Luz Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.92119030910

CAPÍTULO 11 100

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS NA ESPACIALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Nelson de Abreu Júnior

DOI 10.22533/at.ed.92119030911

CAPÍTULO 12 109

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO E PAULO FREIRE: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Alessandra Andrea Monteiro

Vilma Lení Nista-Piccolo

DOI 10.22533/at.ed.92119030912

CAPÍTULO 13 119

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE OFERTA DE VAGAS EM CRECHES NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Andreia Gasparino Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.92119030913

CAPÍTULO 14	130
AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS: A SIGNIFICATIVA ASCENSÃO DO IDEB NAS ESCOLAS DO ESTADO DE GOIÁS DO ANO DE 2009 A 2014	
<i>Alderita Almeida de Castro</i>	
<i>Sueli Aparecida de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030914	
CAPÍTULO 15	141
AVALIAÇÃO EM MATEMÁTICA: USO DOS RESULTADOS DO PISA 2012	
<i>Glauco da Silva Aguiar</i>	
<i>Ligía Gomes Elliot</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030915	
CAPÍTULO 16	154
AVALIAÇÃO: CONCEPÇÕES E IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Natascha Carolina de Oliveira Gervázi</i>	
<i>Marcos Vinícius Meneguel Donati</i>	
<i>José Roberto Boettger Giardinetto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030916	
CAPÍTULO 17	162
AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA: CONTRIBUIÇÕES DA ADE PARA ATINGIR A META DA PROFICIÊNCIA NO SAEB/INEP EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE MANAUS	
<i>Rosemary Farias Rufino</i>	
<i>Santana Elvira Amaral da Rocha</i>	
<i>Núbia do Socorro Pinto Breves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030917	
CAPÍTULO 18	174
CONCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA VISÃO ROMÂNTICA OU DIREITO À EDUCAÇÃO?	
<i>Andrialex William da Silva</i>	
<i>Tarcileide Maria Costa Bezerra</i>	
<i>Romênia Menezes Paiva Chaves Carneiro</i>	
<i>Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030918	
CAPÍTULO 19	183
CRIATIVIDADE E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO	
<i>Guacira Quirino Miranda</i>	
<i>Arlete Aparecida Bertoldo</i>	
<i>Priscila Miranda Chaves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030919	
CAPÍTULO 20	191
DESENHOS E DESENHOS: CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias</i>	
<i>Rosimar de Fátima Oliveira</i>	

DOI 10.22533/at.ed.92119030920

CAPÍTULO 21 203

ESTILOS DE APRENDIZAGEM NO MODELO DE OAKLAND, GLUTTING E HORTON EM ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Gildene do Ouro Lopes Silva

Amanda Lázari

Amanda Calefi Felex

DOI 10.22533/at.ed.92119030921

CAPÍTULO 22 211

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO GASTO ALUNO-ANO NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Jokasta Pires Vieira Ferraz

Andrea Polena

Simony Rafaeli Quirino

DOI 10.22533/at.ed.92119030922

CAPÍTULO 23 224

IDEIAS HIGIENISTAS NA REVISTA PEDAGOGIUM (1922-1923)

Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes

Arthur Beserra de Melo

Marlúcia Menezes de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.92119030923

CAPÍTULO 24 232

O ENSINO DA ARTE E A INTERDISCIPLINARIDADE: NOVOS MODOS DE PENSAR SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Laura Renata Dourado Pereira

DOI 10.22533/at.ed.92119030924

CAPÍTULO 25 241

O PROFESSOR COMO MEDIADOR NAS HABILIDADES DE LEITURA

Clarice de Matos Oliveira

Thenner Freitas da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.92119030925

CAPÍTULO 26 250

O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO BURGUESA NO SÉCULO XXI

Ana Carolina Fleury

Ivo Monteiro de Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.92119030926

CAPÍTULO 27 262

OBSERVATÓRIO EÇAÍ: A APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OUTROS DIREITOS HUMANOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Cláudia Araújo de Lima

DOI 10.22533/at.ed.92119030927

CAPÍTULO 28 271

OS DESAFIOS E AS DEMANDAS SOCIOCULTURAIS BRASILEIRAS FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR

Evaldo Batista Mariano Júnior

Maria Aparecida Augusto Satto Vilela

Valeska Guimarães Rezende da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.92119030928

CAPÍTULO 29 283

PACTO FEDERATIVO NA EDUCAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Marcelo da Silva Machado

DOI 10.22533/at.ed.92119030929

CAPÍTULO 30 309

PEDAGOGIA WALDORF E SALUTOGÊNESE: RAZÕES E CAMINHOS NO/DO COTIDIANO ESCOLAR

Elaine Marasca Garcia da Costa

Vilma Lení Nista-Piccolo

DOI 10.22533/at.ed.92119030930

CAPÍTULO 31 323

PERFIL DE DESCARTE DE ÓLEO DE COZINHA EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA SITUADAS NO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC

Douglas Bardini Silveira

Eduardo Aquini

Isonel Maria Comelli Pavei

DOI 10.22533/at.ed.92119030931

CAPÍTULO 32 331

RELAÇÕES ENTRE TEMAS DA DISCIPLINA FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS E A PESQUISA SOBRE HIGIENISMO NO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Arthur Beserra de Melo

Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes

Marlúcia Menezes de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.92119030932

CAPÍTULO 33 342

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS PRÁTICAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ACERCA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Bruno Viviani dos Santos

Sabrina Araujo de Almeida

Pedro Humberto Faria Campos

DOI 10.22533/at.ed.92119030933

CAPÍTULO 34	355
SISTEMA DE AVALIAÇÃO ESCOLAR	
<i>Katia Verginia Pansani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030934	
CAPÍTULO 35	363
UM OLHAR INICIAL A RESPEITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO NO BRASIL: COMPREENDENDO O FUNDEB	
<i>Jhonathan Martins da Costa</i>	
<i>Carlos José de Farias Pontes</i>	
<i>Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030935	
CAPÍTULO 36	372
USO DO MEDICAMENTO NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DA MEDICALIZAÇÃO DO ENSINO	
<i>Laís Takaesu Ernandi</i>	
<i>Willian Pereira da Silva</i>	
<i>Suédina Brizola Rafael Rogato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030936	
CAPÍTULO 37	383
PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO FORMATIVA NO COTIDIANO DAS SESSÕES TÓRICAS	
<i>Débora Cabral Nunes Polaz</i>	
<i>Raquel Aparecida de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030937	
CAPÍTULO 38	390
EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MATO GROSSO DO SUL: INDICADORES DE MATRÍCULAS (2007-2016)	
<i>Wania Regina Aranda da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030938	
SOBRE OS ORGANIZADORES	416
ÍNDICE REMISSIVO	417

AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS: A SIGNIFICATIVA ASCENSÃO DO IDEB NAS ESCOLAS DO ESTADO DE GOIÁS DO ANO DE 2009 A 2014

Alderita Almeida de Castro
Sueli Aparecida de Souza

RESUMO: O estudo reflete sobre a implementação da avaliação das aprendizagens enquanto impulsionadora do processo do conhecimento na educação básica do Estado de Goiás, entre os anos de 2009 e 2014. O objeto é a organização das diretrizes operacionais de ensino e as mudanças implantadas na gestão do sistema educativo goiano que o fizeram ascender significativamente nos resultados do Índice de Desenvolvimento da educação Básica – IDEB durante o período observado. O suporte teórico e documentos utilizados são: AGUIAR, Márcia Ângela da S., BROOKE, Nigel e CUNHA, Maria Amália de A. e de documentos como as Diretrizes Curriculares Operacionais de Ensino do Estado de Goiás (2009/2010); relatórios do MEC- Ministério da Educação e Cultura- 2000/2105; PNE- Plano Nacional de Educação- (2001-2010 e 2011- 2020); relatórios do INEP – Instituto Nacional de Estudos e de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- (2014), LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e outros. O artigo se estrutura em dois momentos, nos quais se discute a atual configuração da educação básica do Estado de Goiás e seus instrumentos de avaliação,

através dos quais tem-se alcançado bons resultados no IDEB nos últimos anos. Faz-se a reflexão dos possíveis entraves e das formas de organização das Diretrizes Operacionais de Ensino, do Plano Estadual de Educação e do Programa Pacto pela Educação como políticas públicas que nortearam o crescimento do IDEB na educação básica do Estado de Goiás e apresenta como os resultados das avaliações externas têm sido utilizados para implementar formas de melhorar a aprendizagem dos educandos, garantindo assim que a escola seja um espaço de ensino onde uma aprendizagem significativa efetivamente ocorra.

PALAVRAS-CHAVE: Estado de Goiás, Avaliação das Aprendizagens, Educação Básica, IDEB

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo discute a avaliação da aprendizagem enquanto impulsionadora do processo de construção do conhecimento. A justificativa desse estudo é compreender como que, mesmo com todas as dificuldades, o Estado de Goiás conseguiu ascender de 16º (décimo sexto) para o 1º (primeiro) lugar nos resultados do IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- no período de 2009 a 2014 e analisa se, a partir da promoção, elaboração

e implementação de um sistema de avaliação das aprendizagens eficaz, com especificidades para a proposta para o exercício metacognitivo do aluno da educação básica, possibilita ao mesmo e ao professor o acompanhamento, retroalimentação e a avaliação da aprendizagem e apresenta como objeto de estudo, os últimos resultados alcançados nesse índice na educação básica do Estado em questão. Assim, a questão central é: É possível alcançar o índice expressivo nos resultados do IDEB, conquistado pelo estado de Goiás, em um curto espaço de tempo, utilizando em sala de aula, a avaliação das aprendizagens como prática pedagógica, de forma a contribuir para uma aprendizagem significativa?

O artigo é resultado de pesquisa bibliográfica e documental, realizado à luz de referencial teórico como: AGUIAR, Márcia Ângela da S.; BROOKE, Nigel e CUNHA, Maria Amália de A.; e demais documentos que versam sobre o tema e que são importantes referências que subsidiaram sobre a temática estudada. O método de abordagem é um estudo qualitativo, que apresenta a forma como a Secretaria de Educação do Estado de Goiás organizou suas diretrizes operacionais de ensino implantando mudanças na gestão do sistema educativo, alcançando assim uma significativa ascensão no índice de crescimento da educação básica do estado no período de 2009 a 2014, medido a partir de resultados do IDEB.

O presente estudo se organiza em dois momentos. O primeiro momento faz a descrição sintetizada das diretrizes operacionais de ensino que norteiam a educação do Estado de Goiás e uma breve explanação sobre Avaliações Educacionais com ênfase no IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. No segundo e último momento, faz-se a reflexão das formas de organização das Diretrizes Operacionais de Ensino, do Plano Estadual de Educação e do Programa Pacto pela Educação, que nortearam o crescimento do IDEB na educação básica do Estado de Goiás, além de apresentar a configuração frente aos resultados das avaliações externas que vêm servindo de termômetro da educação goiana.

2 | DIRETRIZES OPERACIONAIS DE ENSINO DO ESTADO DE GOIÁS E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Em 20 de dezembro de 1996, foi sancionada a Lei 9.394, a nova Lei de Diretrizes e bases da Educação Brasileira (LDB). Com o estabelecimento do PNE – Plano Nacional de Educação, em 2001, a Educação em geral passou por uma reformulação e o Ministério da Educação vem desenvolvendo políticas públicas em educação visando aumentar a oferta.

O PNE ancora-se na legislação brasileira e nos movimentos da sociedade civil. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 214, diz que a lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, e a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDB), de 1996 (Lei n. 9.394/96), determina que a União, no prazo de um ano, a partir da publicação desta Lei, encaminhará ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. (AGUIAR, 2010, p.709).

Nesse processo de desenvolvimento educacional, apresenta-se uma outra preocupação relacionada à qualidade de ensino. Com o aumento de instituições e cursos, a educação está se transformando numa questão econômica, onde a qualidade de ensino deixa de ser prioridade. O que se vê, portanto, apesar de tantas tentativas para se investir na modernidade e eficiência do nosso sistema educacional, é um caminho com muitos obstáculos e também com muitas mudanças em pequenos espaços de tempo. E o Estado de Goiás está inserido nesse contexto, não diferindo dos outros Estados quanto às estruturas. No entanto, quanto à gestão do ensino, vislumbra-se uma leve diferença, visto que entre os anos de 2009 e 2014, o Estado passou da 16^a (décima sexta) posição no ranking nacional do IDEB, para a 1^a (primeira) posição.

Sabe-se que a legislação (Constituição, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Plano Decenal de Educação, Resoluções do Conselho Nacional de Educação etc.) regula o direito à educação e o garante aos cidadãos. No entanto, há elementos que evidenciam não ser ele, ainda, plenamente exercido pela totalidade da população. Assim, é importante problematizar as políticas públicas de educação, considerando as desigualdades econômicas e sociais ainda existentes na sociedade brasileira. Percebe-se então, que as políticas públicas em educação devem ser aplicadas como meio de efetivação do direito universal à educação de qualidade e, o Estado de Goiás, identifica na legislação do país, a obrigatoriedade da criação de programas suplementares que deem suporte à permanência do aluno na educação básica, entendendo que a educação deve contar com o concurso dos poderes públicos para se efetivar com igualdade e qualidade como direito do cidadão.

Com o intuito de aprimorar a sua organização e o seu funcionamento, a Secretaria de Estado de Goiás, aprovou, no ano de 2009, as Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino, como um instrumento balizador da gestão do Sistema de Ensino Goiano. A existência deste documento norteador de todas as ações tem por objetivo oferecer a visualização global da estrutura funcional da gestão administrativo-pedagógica do Estado, gerando organicidade ao conjunto, que compreende o ensino regular e os programas e projetos que estão sendo desenvolvidos desde então e apresenta também, todos os itens que norteiam a, Gestão Central da Secretaria de Estado da Educação, a gestão da Descentralização da Secretaria de Estado da Educação – Subsecretarias regionais de Educação, a Gestão das Unidades Escolares e Unidades de Suporte Pedagógico que integram a rede pública estadual de ensino, a Gestão Pedagógica da Rede Pública de Ensino, a Gestão do acesso e

da permanência do estudante na rede estadual de ensino, a Gestão de Pessoal, a Gestão do Suporte Tecnológico Educacional das Unidades Escolares, a Gestão do Processo de Formação Continuada e a Gestão de Avaliação Institucional.

Com todos os direitos à educação garantidos, percebe-se que não basta o estudante estar na escola. Tão importante quanto frequentar a escola, é que o estudante conclua, no tempo adequado, e com o aprendizado esperado, cada etapa de ensino. E um dos caminhos encontrados pelos gestores da educação no Estado de Goiás para verificar se todos os estudantes estão aprendendo, é a utilização da Avaliação das Aprendizagens.

A partir da efetiva utilização dos seus resultados, tem sido possível gerar insumos que possibilitam a tomada de decisões de modo a garantir a qualidade do ensino e tornar a escola pública uma instituição que promova a equidade. O bom uso dos resultados das avaliações externas, aliados aos das avaliações internas, dão visibilidade ao aluno e permitem reconhecer as heterogeneidades no ambiente escolar. A avaliação, quando bem utilizada, ajuda a evidenciar as habilidades e as dificuldades de cada estudante e a tornar o processo de ensino e aprendizagem mais dinâmico e eficiente, esses resultados podem ser utilizados como diagnóstico para replanejamento das ações previstas no plano da escola.

Uma pesquisa realizada pela Fundação Victor Civita, em 2011, analisou alguns sistemas estaduais de avaliação e concluiu que seus resultados podem ser utilizados para: 1. Avaliar e orientar a política educacional; 2. Informar as escolas sobre o desempenho dos estudantes e definir as estratégias da formação continuada para os educadores; 3. Informar ao público; 4. Alocar recursos; 5. Elaborar políticas de incentivos salariais; 6. Subsidiar políticas de avaliação docente; 7. Certificar estudantes. (BROOKE, Nigel e CUNHA, Maria Amália de A. 2011).

Diferentes instrumentos de aferição podem ser escolhidos dependendo das dimensões e finalidades que se pretende avaliar. A avaliação educacional pode ser dividida, primeiramente em duas diferentes dimensões: a avaliação interna, que utiliza como instrumentos provas, portfólios, trabalhos, debates etc. e, a avaliação externa que é realizada pelas instâncias gestoras dos sistemas educacionais – Ministério e Secretarias de Educação.

Todo estado tem autonomia para elaborar um sistema próprio para avaliar a qualidade da educação ofertada. A partir dos resultados de desempenho aferidos, é possível prestar contas à sociedade, construir instrumentos de reconhecimento docente e políticas públicas relacionadas à meritocracia, entre outros. O Estado de Goiás vem utilizando esse conjunto de aspectos para trabalhar a melhoria da educação básica, colaborando para melhorar o aprendizado dos estudantes e contribuindo para a redução das desigualdades.

Para este Estado foi criado o SAEGO – Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás, numa parceria da Secretaria de Estado de Educação e o Instituto Unibanco. Esse sistema de avaliação apresenta **Matrizes de Referências** para

Avaliação, produz resultados compatíveis com a **escala de proficiência** do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), além de um terceiro instrumento que deve ser considerado, os **Padrões de desempenho**. Matriz de Referência pode ser entendida como uma amostra de habilidades e competências essenciais presentes nos currículos, em geral, de Língua Portuguesa e Matemática, passíveis de serem aferidos em testes padronizados. A escala de proficiência permite identificar o grau de desempenho do aluno para todas as etapas da escolarização básica e os Padrões de Desempenho apontam em que grau o estudante está em relação ao que deveria desenvolver, em termos de competências e habilidades.

As informações geradas a partir dos resultados das avaliações externas, tem permitido às equipes gestoras de todas as escolas do Estado, acompanhar a trajetória e planejar as intervenções, utilizando esses dados para subsidiar a elaboração do Plano de Ação da Escola e por meio dele elaborar o Projeto de Redesenho Curricular, os dois documentos têm como foco o aprendizado dos estudantes. O Plano de Ação de Escola é utilizado para a materialização do planejamento da escola. É por meio dele que as escolas traçam o que é preciso, de acordo com o seu diagnóstico, para alcançar os resultados esperados e também, indica ações para a gestão e professores, com o objetivo de melhorar o desempenho dos estudantes. Enquanto que no Projeto de Redesenho Curricular, as escolas estabelecem linhas de ação que geram impacto direto nos estudantes, apresentando ações relacionadas à revisão do currículo e definição de seu conjunto de atividades.

O Estado também, incentiva os seus alunos a participarem do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio. “Criado em 1998, é uma avaliação voluntária do desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica e dos que concluíram o Ensino Médio em anos anteriores. Utilizado como critério de seleção à bolsa do Programa Universidade para Todos (ProUni) e por universidades como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, complementando ou substituindo o vestibular. Desde 2009 é utilizado como prova de seleção unificada nos processos seletivos das instituições públicas de educação superior”. (Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2013). O Enem também tem sido utilizado como instrumento de diagnóstico dos sistemas de ensino e até mesmo como referência para revisão das matrizes curriculares do estado.

As análises do desempenho dos estudantes nas avaliações educacionais são realizadas de duas maneiras: Teoria Clássica dos Testes (T C T) e Teoria de Resposta ao Item (T R I). A Teoria Clássica dos Testes calcula a nota do estudante a partir do percentual de acerto dele no teste, enquanto que a Teoria de Resposta ao Item oferece informações sobre o desempenho dos estudantes em cada item do teste, considerando três parâmetros: discriminação, grau de dificuldade do item e aleatoriedade. Uma vez coletados os dados, é feita a análise do desempenho de cada Unidade Escolar e traça-se um Diagnóstico de desempenho, um instrumento que permite analisar proficiência média e percentuais de participação de estudantes nos diferentes padrões de desempenho. Com a apropriação dessas informações, são

realizados os planejamentos, partindo sempre da seguinte questão: o que pode ser feito para melhorar a aprendizagem dos estudantes?

O principal objetivo da criação do SAEGO - Sistema de Avaliação Educacional de Estado de Goiás, foi preparar professores e alunos para a avaliação do Saeb - Sistema de Avaliação da Educação Básica que através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Esse índice combina a média das notas obtidas pelos alunos na Prova Brasil ou no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) à taxa de aprovação.

O modelo foi adotado por que coloca o aprendizado do aluno no centro da análise e une um critério de desempenho a um de rendimento, seu principal mérito é ter criado uma medida objetiva de avaliação que pode ser comparada ao longo dos anos. Com ele, o Brasil passou a ter um retrato da situação do aprendizado em todo o país. Trata-se de um índice nacional, aplicável a todas as regiões e a todas as redes escolares brasileiras, destinado a medir o desenvolvimento educacional e a permitir a formulação de políticas públicas de educação e estratégias eficazes e equitativas. O IDEB é mais um instrumento de avaliação e de acompanhamento que o Estado de Goiás adota esforçando-se para alcançar as metas educacionais fixadas pelo país.

O IDEB é sempre o resultado da combinação de dois indicadores: o fluxo e o desempenho dos estudantes. De modo mais concreto, ele associa dois indicadores já existentes: (a) a pontuação média dos estudantes em exames padronizados ao fim de determinada etapa da educação básica, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio; e (b) a taxa média de aprovação dos estudantes da correspondente série de ensino. A pontuação média é dada pelos resultados da Prova Brasil; e a taxa média de aprovação, pelos dados do censo escolar.

O IDEB é o índice objetivo para o cumprimento das metas estabelecidas no Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação, que trata da educação básica no Brasil. Uma das metas fixa o ano 2022 “bicentenário da Independência”, para que o Brasil alcance um IDEB de 6,0, saindo do patamar atual de 3,8 e atingindo o índice vigente nos sistemas de educação dos países mais desenvolvidos. Até lá, o INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, divulgará as projeções bienais do IDEB para os Estados, Municípios e Escolas, como forma de estimular a melhoria do sistema de ensino do país.¹

¹ Um sítio específico (<http://portalideb.inep.gov.br/>) apresenta o IDEB para cada município brasileiro e para cada escola, permitindo o acompanhamento público da qualidade da educação por município, por rede de ensino e escola.

3 | PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E PACTO PELA EDUCAÇÃO: UMA VISÃO PANORÂMICA DOS ÍNDICES APRESENTADOS PELA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE GOIÁS A PARTIR DE 2005.

De acordo com a Lei nº 10.172, de janeiro de 2001, que institui o Plano Nacional de Educação – PNE, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem elaborar seus planos decenais. Com o objetivo de elaborar o plano decenal do Estado de Goiás, a Secretaria de Estado da Educação desencadeou um processo amplo e democrático de reflexão e discussão, com a participação dos diversos segmentos que compõem a Educação do Estado de Goiás.

O processo de construção coletiva do plano iniciou-se com a formação de uma comissão composta por 23 entidades e órgãos e desenvolveu-se mediante a realização de debates nas unidades escolares, nas subsecretarias regionais e nas secretarias municipais. Esse plano representa uma grande conquista para a educação, visto que constitui um plano de estado e não de governo, já que sua duração de dez anos pressupõe alcance de metas de longo prazo, passando por mais de dois governos estaduais.

O Plano Estadual de Educação (PEE) é o documento definidor da política educacional do Estado de Goiás. Ele, a partir do diagnóstico da situação educacional de Goiás, estabelece diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, para a formação e valorização dos profissionais da Educação e para o financiamento, a gestão e a avaliação de Educação. Sua finalidade é definir os parâmetros das ações do Poder Público na esfera da Educação do Estado de Goiás e de seus municípios, no direcionamento dos Planos Plurianuais, dos Planos de Desenvolvimento da Educação (PDE), dos Planos de Ações Articuladas (PAR), sendo o seu caráter de Plano de Estado que extrapola gestões governamentais. O PEE foi atualizado para o período 2008-2017, contemplando a legítima vontade da sociedade civil organizada, representando o novo panorama educacional que se deseja para todo o Estado de Goiás. Os objetivos e prioridades do Plano Estadual de Educação acham-se delineados no art. 214 da Constituição Federal, no art. 159 da Constituição do Estado de Goiás e no Plano Nacional de Educação.

Percebe-se grandes alterações, provocadas pelas mudanças pelas quais o mundo tem passado nos últimos anos, no domínio dos costumes, do pensamento, do comportamento humano, como também nas relações políticas e econômicas entre os povos. Tais alterações tiveram consequências nas concepções de ensino e aprendizagem e, por conseguinte, na formação de professores, no papel da escola e do docente, e em sua relação com a comunidade, gerando novas demandas. (Plano Estadual de Educação do Estado de Goiás – 2008-2017).

Partindo desse contexto e da convicção de que mudar a educação pública em Goiás é responsabilidade de todos, o então Secretário de Educação do Estado de Goiás Thiago Peixoto, gestão 2011-2014, implementou uma reforma educacional

no Estado, implantando as diretrizes do Plano Plurianual denominado **Pacto pela Educação**. Dentre todas as mudanças propostas e realizadas, cita-se aqui, parte relevante dessa reforma, que a partir daí, pode-se perceber o crescimento nos índices apresentados pelo Estado, o trabalho desenvolvido pelos profissionais efetivos denominados tutores pedagógicos que desempenharam papel fundamental na implementação dessas diretrizes.

Redimensionou-se o trabalho pedagógico em todas as instâncias da rede pública estadual focando esforços na alfabetização e ensino de Língua Portuguesa e Matemática estrategicamente acompanhado pelos tutores pedagógicos. Foi reforçada a presença desses profissionais em todas as escolas estaduais, para que o trabalho em cada unidade escolar pudesse ser acompanhado de perto e reorientado imediatamente após a identificação de demandas, problemas e afins, dando todo o suporte necessários para o bom planejamento e avaliação dos seus projetos político-pedagógicos. Antes da divulgação do Projeto da Reforma Educacional, instituiu-se a Avaliação Diagnóstica em todas as escolas, como sendo um importante instrumento para a gestão da educação no estado. Delegou-se aos tutores, a tarefa de orientar os professores das disciplinas a serem avaliadas e posteriormente analisarem com as escolas os resultados das avaliações. A consequência desse trabalho, contribuiu direta e estrategicamente para melhorar o desempenho dos estudantes do Estado de Goiás.

O Estado de Goiás é composto por 246 municípios. No resultado do último censo, são 4.552 escolas, 258.574 alunos matriculados no Ensino Médio e 893.353 alunos matriculados no Ensino Fundamental. Com base nos últimos resultados da Prova Brasil, esses alunos estão assim classificados quanto ao aprendizado: Ensino Fundamental, 5º ano, de 82.890 alunos 40.193, 48%, demonstraram aprendizado adequado em Língua Portuguesa e 34.020, 41%, em Matemática. Enquanto que o 9º ano, de 76.710 alunos 22.001, 29%, apresentaram aprendizado adequado em Língua Portuguesa e 10.743, 14%, em Matemática².

De modo sintético, o IDEB pode ser assim descrito: $IDEB = (1/T)$. Nota, onde T é o número de anos que, em média, os alunos de uma rede de ensino levam para completar uma série. Quando o fluxo escolar é perfeito, $(1/T)$ assume valor 1, e o IDEB equivale à nota; quanto maior a reprovação e o abandono, maior será T, e $(1/T)$ assumirá valores menores do que a unidade, penalizando o IDEB. Nota é a média da Prova Brasil para a escola, transformada de modo a ser expressa por valores de 0 a 10. O IDEB é o resultado da operação dessa fórmula e varia de 0 a 10. Quanto mais próximo de 10, maior a competência demonstrada nos testes padronizados e mais regular o fluxo dos alunos por série. No Estado de Goiás Esse índice vem alcançando a seguinte evolução: Para o ano de 2013, o Estado precisava alcançar para o 5º ano

2 Dados retirados de: Instituto Nacional de Estudos e de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em 05/08/2016.

a nota 4,9 e alcançou 5,5, para o 9º ano a meta 4,1 e alcançou 4,5.

Em cada modalidade de ensino, fica assim a evolução do Estado:

ANO/IDEB	2005	2007	2009	2011	2013
5ºANO	3,8	4,1	4,7	5,1	5,5
9ºANO	3,3	3,5	3,7	3,9	4,5
ENSINO MÉDIO	2,9	2,8	3,1	3,6	3,8

Fonte: Portal do IDEB 2016.

No ano de 2013, enquanto o IDEB do Ensino Médio de 13 estados brasileiros baixou, o do Estado de Goiás subiu alcançando o 1º lugar. Com 3,8 pontos, o estado subiu quatro posições em relação a 2011. Desta forma, ultrapassou a meta nacional projetada, que era de 3,4.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo sobre a avaliação das aprendizagens e a significativa ascensão do IDEB no Estado de Goiás entre os anos de 2009 e 2014, é possível perceber que, realmente houve evolução, conforme demonstradas nos dados estatísticos aqui apresentados. No entanto, as reflexões levam-nos a concluir que a educação do Estado de Goiás, assim como em todo o Brasil, vive momentos que requer ações mais propositivas e consistentes. Necessita-se adequar o fazer pedagógico da escola às constantes necessidades da escola. Observa-se que a Secretaria Estadual de Educação tem efetuado uma reforma na educação do estado, denominada Pacto pela Educação, trazendo como proposta de mudanças, fazer com que a rede estadual de ensino melhore a proficiência dos seus educandos, e que essas mudanças têm trazido resultados positivos, na medida em que os índices e resultados de aprendizagem tiveram uma melhora considerável, em comparação a outros estados, que baixaram a média do IDEB, muitos deles não alcançando as metas determinadas pelo MEC.

Conclui-se que a partir do desenvolvimento de ações para ressignificar o espaço da escola como ambiente em que o processo de ensino e aprendizagem efetivamente ocorra, através da implantação de Avaliações Diagnósticas e o trabalho com os descritores que apresentam resultados com baixa proficiência nas avaliações externas, as mudanças na educação do estado vem aparecendo e que através das ações desenvolvidas pelo programa Pacto pela Educação, implementado no ano 2011, os índices do Estado vem aumentando a cada ano.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. IN: **Educação e Sociedade**: Revista de Ciência da Educação. São Paulo: Cortez; Campinas: CEDES, N.112, V. 31, 2010. P. 707-727.

Anuário Estatístico do Estado de Goiás, vários anos. Superintendência de Estatística Pesquisa e Informação; Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás. Disponíveis em: www.seplan.go.gov.br/sepin. Acesso em 07/08/2016.

Aprendizado dos alunos – Goiás. Disponível em: <http://qedu.org.br/estado/109-goias/aprendizado>. Acesso em 13/08/2016.

BOOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de A. **A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados**. IN: Estudos e Pesquisas Educacionais, n. 2, Fundação Victor Civita, São Paulo, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Plano Estadual de Educação**. 2008-2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** – 2001-2011 – Lei n. 10.172 de 9 de janeiro de 2001.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** – 2011-2020 – Em tramitação.

Cooperación Iberoamericana em Educación. **La experiencia de las metas educativas 2021**. Alberto César Croce. Artigo: Revista Iberoamericana de educación nº 61 (2013). PP. 15-28.

DOURADO, Luiz Fernandes. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. In: **Educação e Sociedade**. Revista de Ciência da Educação. São Paulo: Cortez; Campinas: CEDES, N. 112, V. 31, 2010. P. 677-706.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. RJ: Paz e Terra. 1983.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover as setas do caminho**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm. Acesso em: 05/08/2016.

IMB – **Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos**. Disponível em: <http://imb.go.gov.br/bde>. Acesso em 13/08/2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Síntese de indicadores sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portaldoideb.inep.gov.br>. Acesso em 13/08/2016.

Instituto Nacional de Estudos e de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em 05/08/2016.

JANNUZZI, Paulo de M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas, Editora Alínea, 2.ed., 2003.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. 12ª edição, São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEC – Unesco – **La educación para todos**, 2000-2015: logros y Desafios, 2015.

Proyecto de ley General de Educación/Uruguay. Ministério de Educación y Cultura. Montevideo: MEC, maio 2008.

PELUFFO, Martha Beatriz y CATALÁN, Edith: **Gestión del Conocimiento aplicada al Sector Público**, Serie Manuales, N 1022, ILPES/CEPAL, Naciones Unidas, Santiago de Chile, 2002, em <http://www.edac.cl/manuales/22>. Acesso em 13/08/2016.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SANTOS, Josiane Gonçalves. **Avaliação do desenvolvimento e da aprendizagem**. Curitiba: Editora Fael, 2010.

SEDUCE-Secretaria de Estado de Educação, Cultura Esporte. Disponível em: <http://see.go.gov.br> Acesso em 03/08/2016.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Natália Lampert Batista - Graduada em Geografia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Franciscano (2013). Mestre e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2015 e 2019 respectivamente). Tem interesse nas áreas de pesquisa de Ensino de Geografia; Cartografia Escolar; Educação Ambiental; Geotecnologias e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na Educação; Multiletramentos, Multimodalidade e Contemporaneidade; Formação de Professores; Educação Popular; Cartografia Geral e Temática; Geografia Urbana; Geografia Agrária; e Geografia Cultural.

Tascieli Feltrin - Doutoranda em Educação (UFSM). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Gestão Escolar pela UFSM/ UAB (2013). Graduada em Letras licenciatura plena em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e respectivas Literaturas pela Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES/2011). Tutora do Curso de Formação em Letras Português e Literatura pela UAB/UFSM. Professora de língua portuguesa, Servidora pública na rede municipal de educação de Santa Maria. Atuou como Bolsista no projeto Biblioteca Comunitária: Embarque na Onda da Leitura (FAMES 2010-2011), como educadora no projeto de Extensão Práxis Pré-Vestibular Popular da UFSM (2014) e, como Tutora do Curso de Formação de Professores para a Educação Profissional UAB/UFSM (2017-2019) .Atualmente, também, desenvolve atividades de incentivo à leitura e escrita criativa através da oficina de criação literária ImaginaMundos. Possui experiência nas seguintes áreas de estudo: Educação Popular, Culturas Periféricas, Educação de Jovens e Adultos, História da Educação, Educação Libertária, Literatura Popular e Multiletramentos, experiências educacionais não-escolares e Formação de professores para atuação em contextos de Vulnerabilidade Social.

Maurício Rizzatti - Mestre e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é Doutorando em Geografia (Passagem Direta para o Doutorado) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da UFSM. Também é integrante do Laboratório de Cartografia e grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (UFSM). Pesquisa na área de Cartografia, Geoprocessamento, Cartografia Escolar e a Teoria das Inteligências Múltiplas, Geotecnologias, Sensoriamento Remoto na Educação Básica; Geografia Física, Geografia Urbana e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 5, 1, 10, 242, 276

Altas habilidades 190

Aprendizagem 5, 6, 7, 3, 8, 72, 117, 118, 141, 143, 144, 145, 146, 152, 162, 172, 203, 210, 330, 348, 381, 383

Autismo 1, 2, 3, 8, 278

Avaliação educacional 172

Avaliações em larga escala 162

C

Concepções 6, 7, 175

Conselhos municipais de educação 200

Criatividade 7, 183, 185, 189, 190

E

Educação 2, 5, 6, 7, 8, 9, 6, 9, 10, 11, 12, 19, 20, 22, 23, 30, 31, 37, 38, 41, 51, 61, 62, 72, 78, 80, 88, 89, 99, 102, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 145, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 231, 232, 235, 239, 241, 242, 245, 247, 249, 250, 251, 255, 257, 259, 260, 261, 262, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 281, 282, 283, 284, 288, 289, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 303, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 316, 317, 319, 320, 321, 323, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 358, 359, 363, 366, 368, 369, 370, 371, 374, 381, 383, 389, 390, 391, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415

Educação à distância 72

Educação básica 307, 349

Educação especial 176, 182, 273

Educação física 352, 353

Educação infantil 215, 413

Engenharias 21, 23, 26, 27, 28, 29

Ensino 5, 6, 7, 9, 1, 5, 23, 30, 42, 51, 62, 72, 76, 88, 89, 99, 103, 104, 105, 107, 108, 117, 118, 122, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 141, 157, 166, 193, 203, 207, 210, 212, 214, 215, 239, 243, 245, 249, 251, 284, 288, 316, 328, 344, 371, 382, 391, 395, 396, 403, 407

Escola 7, 4, 54, 109, 123, 124, 125, 134, 172, 182, 212, 213, 226, 227, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 261, 282, 296, 297, 306, 307, 311, 316, 319, 321, 322, 403, 415

Escrita pré-silábica 18

Estudantes 6, 89, 111, 141, 142, 162, 245

Etnografia 62

Evasão 5, 23, 25, 26, 27, 30, 31

F

Formação de professores 62

Francês 5, 42, 43, 52

I

IDEB 6, 12, 130, 131, 132, 135, 137, 138

Inclusão 8, 31, 175, 182, 271, 272, 275, 276, 281, 282, 396, 415

O

Observação 154

Oportunidade de aprendizagem

Oralidade 32

P

Pesquisa 2, 5, 8, 9, 20, 31, 32, 41, 61, 62, 80, 87, 118, 139, 166, 168, 169, 182, 201, 210, 267, 269, 270, 283, 331, 354, 363, 376, 381, 383, 413, 414, 415

Pesquisa qualitativa 62, 413

PISA 2012 6, 12, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 153

Práticas pedagógicas 54, 117

Psicogênese da língua escrita 20, 161

R

Reflexividade 6, 80

S

SINAES 88, 89, 91, 93, 97, 99

Superdotação 7, 183, 190, 398

Surdez 54, 398

U

UFAM 6, 11, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 99

Universidade 5, 6, 9, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 46, 52, 54, 61, 62, 63, 71, 72, 78, 80, 88, 89, 98, 99, 100, 102, 108, 117, 118, 129, 134, 154, 161, 174, 176, 182, 183, 191, 201, 203, 210, 211, 222, 224, 225, 241, 250, 262, 263, 269, 271, 281, 282, 283, 309, 311, 321, 326, 331, 333, 342, 353, 363, 371, 372, 381, 382, 383, 384, 389, 390, 408, 414, 415

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-592-1

